



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 100/18 – quinta-feira, 7 de junho

Jornal A Crítica

- Capa – 03
- Toda a cadeia do setor está ameaçada na ZFM – 04
- Coluna Sim&Não – 05
- Artigo de José Seráfico – 06
- Produção cresce 19% em abril – 07
- Anúncio da Prefeitura de Presidente Figueiredo – 08

Jornal Diário do Amazonas

- Capa – 09
- Bancada cobrará de Temer saída para o Polo – 10
- Eletroeletrônicos têm alta na produção – 11

Jornal Em Tempo

- Capa – 12
- Coluna Contexto – 13
- Deputado propõe união dos políticos em favor da ZFM – 14
- Decreto de Michel Temer pode demitir 100 mil no Amazonas – 15
- Anúncio institucional do Jornal Em Tempo – 16

Jornal do Commercio

- Capa – 17
- Coluna Frente&Perfil – 18
- Coluna Follow-Up Empresarial: Entrevista/Presidente da FIEAM – 19
- Bancada estuda recorrer à Justiça – 20
- Coluna de Pedrinho Aguiar – 21



ZONA FRANCA

Decreto de Temer prejudica interior

Estudo da Suframa mostra que fim do Polo de Concentrados geraria 'efeito cascata' com ameaça a 100 mil postos de trabalho. PÁGINA A3

Setor de bebidas > Perda de incentivos

Com a indicação de que o governo federal não está disposto a revogar o decreto que retirou incentivos do segmento de concentrados, lideranças empresariais e políticas temem pelas consequências no curto prazo em toda a cadeia de produção e varejo.



Insegurança jurídica

Além do impacto direto no setor de bebidas, toda a ZFM já sofre com a insegurança jurídica - o risco de mudanças repentinas nas regras do jogo.

12.000 trabalhadores

Número de empregos diretos nas fábricas do setor na Zona Franca de Manaus.

Toda a cadeia do setor está ameaçada na ZFM

Além das fabricantes de bebidas, fornecedores insumos, distribuidores e varejistas também serão afetados no Amazonas

LARISSA CAVALCANTE
 poltica@critica.com

O impasse em relação ao decreto presidencial que reduz de 20% para 4% o desoneto do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os concentrados de bebidas não alcoólicas coloca em risco toda a cadeia de produção e varejo movimentada pelo setor no Amazonas. Segundo estudo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), fornecedores de insumos, fabricantes de produtos finais, distribuidores e varejistas são alguns dos segmentos que poderão ser afetados caso a medida não seja revertida.

São muito mais que 12 mil empregos de 25 empresas em xoque. Segundo a Suframa, haverá impactos, inclusive no interior do Estado. O cenário atual causa preocupação entre empresários, representantes da indústria e do comércio, políticos, sindicalistas e pesquisadores.

Segundo o governador Amazonas Mendes (PDT), a situação dos concentrados se estende a todo o modelo Zona Franca e coloca em risco o desenvolvimento econômico do Estado. "Não dá pra mexer em alíquota da Zona Franca. Desmencio o interesse por completo do investidor", avalia.

Na avaliação do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antonio Silva, o decreto atinge todas as 25 empresas do segmento, trazendo insegurança jurídica para investidores.

"Esse decreto é crucial. Se de repente com um decreto presidencial você muda a regra do jogo, do campeonato, o jogo se torna uma segurança jurídica muito grande para nós. É muito temerário o que estamos vivendo, sobretudo não podemos pagar a conta da greve dos caminhoneiros", avalia.

Silva afirmou que a reação da Receita Federal em não alinhar não é de arrecadar R\$ 740 milhões era esperada e salientou que os reflexos serão na economia de todo o Estado.

Para o deputado Serafim Corrêa (PSB), a alíquota de IPI vem sendo progressivamente alterada. O IPI sobre os concentrados de bebidas não alcoólicas iniciou em 40%, diminuiu para 20% e agora caiu para 4%. "Isso é uma pancada muito grande, corresponde a 10% do que era originalmente. Estamos sem força. A decisão das empresas do setor será de não ficar no Brasil porque o País demonstra insegurança jurídica", afirmou.

Na opinião do presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas em Geral de Manaus, Vicente Luciano de Castro,



Bancada quer nova reunião com Temer

A bancada parlamentar do Amazonas no Congresso Nacional fez ontem uma segunda reunião para traçar as estratégias e táticas políticas com o objetivo de minimizar os efeitos danosos do Decreto 9.304/2018, do presidente Michel Temer, que reduziu de 20% para 4% a alíquota do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos concentrados de bebidas não alcoólicas. Ficou definido que o coordenador da bancada, senador Omar Aziz (PSD-AM) vai marcar uma nova audiência com Temer para cobrar "limonada doce", que prometeu na sexta-feira passada.

"Não estamos cobrando além do que ele nos falou. A gente entende que a palavra final será sempre do presidente. A gente vai lutar para que possa haver essa convergência e restabelecer aquilo que a Zona Franca tem mantido esse tempo todo no setor de bebidas", declarou Omar Aziz.

Comentário
 Serafim Corrêa
 DEPUTADO FEDERAL

Dispersão da bancada

"O grande problema está a partir de agora na dispersão total da bancada porque todos vão correr atrás das suas reeleições. Os governadores se isolaram nos seus próprios casulos na greve dos caminhoneiros. O resultado é a falta de apoio e esse impasse. Com o decreto, as empresas em sua maioria multinacionais começarão a tomar decisões cujo poder está fora do Brasil. É muito preocupante porque não será apenas a saída do polo de concentrados, será o desmonte de toda uma cadeia. O Estado do Amazonas não tem tido a compreensão que precisa ser melhor articulador".

Saiba mais

>> Não é de hoje

A Zona Franca já perdeu o maior polo de fabricação de celulares do País. O segmento já foi um dos principais do PIM, chegando a responder pela maior parte das exportações e por parcela expressiva do faturamento. As alterações adotadas com a Lei de Informática culminaram na retirada das empresas e no desfecho do polo.

sem os incentivos a reação natural é a saída das empresas. "Os trabalhadores estão preocupados e aguardam uma solução", concluiu.

Para o empresário José Roberto Tardes, a Zona Franca de Manaus não pode ser mutilada porque isso provoca a retirada de investimentos. "Espero que a bancada do Amazonas faça o presidente da República ver que não há mais possível emprego século 21 a Zona Franca ser assaltada por ameaças permanentes toda vez que há uma crise em qualquer lugar do País", disse.

Blog
 Wilson Périco
 PRESIDENTE DO CENTRO DA INDÚSTRIA DO AMAZONAS

"Estamos muito preocupados com o desrespeito e a falta de compromisso por parte do governo federal para com nossa região. Não reconhecem a contribuição do modelo Zona Franca para o País. Temos desvantagens políticas, pois os nossos parlamentares são em número menor que bancadas de outros Estados. Entendo que decisões sobre desenvolvimento deveriam ser tratadas tecnicamente e não serem usadas como "moedas de troca" por apoio político. Infelizmente esse é o momento político-econômico que estamos passando: um governo sem credibilidade, sem autoridade, sem compromisso com o País que tem como único objetivo se manter no governo".

Personagem
 Presidente DAABR
 Alexandre K. Jobim

Decreto causou surpresa

A Associação Brasileira da Indústria de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas (ABIR) e suas 59 empresas associadas foram surpreendidas com o decreto. A medida impacta profundamente o setor - independentemente de estar a indústria instalada na Zona Franca de Manaus (ZFM) ou não. Nos últimos 30 anos o setor se converteu em um dos maiores exportadores da ZFM. Nesse período, a indústria brasileira de refrigerantes e de bebidas não alcoólicas tornou-se

responsável por um recolhimento de R\$ 10 bilhões em impostos federais, estaduais e municipais, e emprego direta e indiretamente mais de 1,6 milhão de brasileiros. Na Zona Franca, investiu não só nos processos produtivos, mas também em toda uma cadeia econômica sustentável na Amazônia em programas sociais e culturais da Região Norte.

A ABIR compreende o grave momento econômico nacional, a crise fiscal profunda que passa o Governo Federal, mas acredita que na justiça a ausência de diálogo com o setor. A mudança brusca do regime tributário de competências do setor - independentemente de estar a indústria instalada na Zona Franca de Manaus (ZFM) ou não. Nos últimos 30 anos o setor se converteu em um dos maiores exportadores da ZFM. Nesse período, a indústria brasileira de refrigerantes e de bebidas não alcoólicas tornou-se

Há margem para o diálogo com a indústria para que se restabeleça a segurança jurídica dos investimentos pretendidos e também sobre aqueles já empreendidos na ZFM.

100 mil ocupações ameaçadas

Estudo da Suframa detalha impactos de eventual fechamento do setor de concentrados no Amazonas

A eventual desmobilização no setor de bebidas do Estado não impactará apenas nas 25 empresas do setor. Estudo elaborado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) referente ao perfil do segmento de concentrados no Polo Industrial

de Manaus (PIM) mostra que a redução total do faturamento do setor poderá afetar 100 mil postos de trabalho. O número refere-se às ocupações que poderão ser afetadas direta e indiretamente com o decreto do presidente Michel Temer.

Sob o comando da coordenadora-geral de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa, Ana Maria Oliveira Souza, o levantamento utilizou como base a Análise de Insumo-Produto a partir da Matriz de Insumo-Produto (MIP/2006-AM) para simular os

impactos na economia do Amazonas na hipótese de um "fechamento" do segmento de concentrados de bebidas. De acordo com a economista, a simulação "vale para 2018" e "captura todas as variáveis diretas, indiretas e induzidas". Ela destaca que, além dos em-



Ana Maria Souza coordenou trabalho

pregos diretos nas fábricas, existe muito mais mão-de-obra envolvida. "Alguém plantou a semente, alguém colheu, alguém deu um tratamento. Ela foi carregada por uma embarcação que faz o transporte. Existe quem descarrega essa semente. Quem transporta do porto até a fábrica. A Matriz Insumo-Produto é uma metodologia internacional. Não é uma criação da nossa cabeça. É utilizada pelo IBGE. Você consegue capturar todos os efeitos diretos, indiretos e induzidos", detalha.

Bancada quer 'pegar' Temer pela palavra

O senador Eduardo Braga (MDB) admitiu ontem que, fora tentar convencer o próprio presidente Michel Temer a rever a MP que tira benefícios do polo de concentrados, as demais opções da bancada, como recorrer ao STF ou convencer o Congresso a aprovar um decreto legislativo, são alternativas que não garantem solução a curto prazo. "Temer se comprometeu, em viva voz, a encontrar uma solução que não prejudicasse a ZFM. Que faça valer o que prometeu", afirmou Braga à coluna.

Tempo Braga lembrou que a última ação do Estado no STF em favor da ZFM durou quase uma década. Também disse que a aprovação de um decreto legislativo, no Senado e depois na Câmara, pode levar meses.

Próximo passo A bancada do AM está disposta a aguardar até terça-feira (12) uma resposta do Ministério da Fazenda para o problema criado pela MP. Se o silêncio da pasta perdurar, os parlamentares vão a Temer.

Irritação 1 O estudo que consta no site da Suframa e que foi divulgado pelo SIM&NÃO, ontem, dando conta de que o fechamento do polo de concentrados atingiria 100 mil empregos no AM - diretos, indiretos e induzidos -, irritou os congressistas do Estado. O

assunto foi tratado ontem na reunião da bancada, em Brasília.

Irritação 2 Líder da bancada federal, Omar Aziz (PSD) sustentou que o dado "está fora da lógica" e cria um alarme desnecessário. Braga acrescentou: "Não bate com a realidade". Ambos disseram que a preocupação vai além das vagas. "É o precedente", repetiram. Pauderney Avelino também apontou exagero.

Ciência 1 A economista Ana Maria Souza, Coordenadora-Geral de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa e responsável pelo levantamento, explicou que a simulação fez uso de uma metodologia internacional - a Matriz de Insumo-Produto (MIP) - que também é usada pelo IBGE.

Ciência 2 Mestre em Desenvolvimento Regional e especialista em Direito Público e Comércio Exterior, Ana Maria sustentou que a simulação leva em conta o efeito cascata na hipótese da quebra do polo de concentrados. "O impacto seria em 100.000 ocupações. Não são 100.000 empregos diretos", disse, acrescentando: "A matemática não mente".

Velhos hábitos – conhecidos resultados

Repete-se o sobressalto. De novo as lideranças políticas do Estado do Amazonas são impelidas a defender a economia local, batendo de porta em porta dos gabinetes do Planalto Central. A reiteração das preocupações e da mobilização, ao invés de revelar cuidados com a realidade econômica, deixa claros o oportunismo e a desídia devotada aos problemas que afetam a população.

Houvesse real interesse em impedir novas investidas contra as decisões e ações do governo federal, a conduta dessas lideranças não asdirigiria aos mesmos promotores de crescentes restrições à própria Constituição, comferoz agressividade pelos que mandam no País. Em seus cofres, em especial.

No passado, ainda esperaríamos que os estudos produzidos pela

**José
Seráfico**

Professor da Ufam e
Articulista de A CRÍTICA
e-mail: jserafico
@uol.com.br



Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas- CODEAMA orientassem a conduta dos dirigentes e lideranças políticas. Hoje, já não contamos com aquele órgão, extinto quando mais se falava de planejamento e se simulava emprestar prestígio à função a que dirigentes mal-intencionados não têm porque louvar.

Talvez seria evitado o corre-corre rotineiro, e poupada a população de manifestações apressadas e levianas, cujo objetivo não é outro,

se não pôr panos quentes em feridas cuja cura depende mais das políticas de Estado que da boa vontade dos que mandam e pensam em tudo e todos mandar. Os ignorantes em relações internacionais, divisão internacional do trabalho, processo de globalização e suas consequências até que podem descurar de certos aspectos dos problemas por que tem passado o PIM. Os outros – em especial os que se apresentam como conhecedores dos meandros políticos, administrativos e econômicos não têm o direito de alardear sequer surpresa. Se, para não serem malvistas pelos contemporâneos, eleitores apenas conforme são considerados, fazem tal alegação, desde logo mostram-se indignos de receber os votos desejados. O que se vê? Em época de acelerada

entrega de nossas riquezas à voracidade externa, enxerga-se o que deveria ter sido vislumbrado há pelo menos 50 anos. Quer dizer: meio século de cegueira, se esta não é um dos nomes do serviço a interesses que nem de longe coincidem com os anseios, interesses e necessidades da população. Impossível conciliar objetivos tão disparatados, quanto a redução das dificuldades de caixa e a manutenção de condições de operação da Zona Franca. Pelo menos, segundo o propósito de reservar os ganhos para tão reduzido número, ao passo que à grande maioria é assegurada apenas a sobrevivência. Que também pode ser chamada de reprodução. Mão de obra é preciso, pela mão e pela obra que ela

construirá. Para o desfrute dos outros, dos que não têm olhos para Manaus, mas para Nova Iorque (muitos, para Miami); não sentem o gosto do peixe de nossos rios, mas dos pratos servidos nos restaurantes de Paris. Estivessem nos planos das lideranças e dos governantes locais, sucessivos, as alterações profundas na realidade, os incentivos fiscais representariam porção minoritária na formação da riqueza – com lucro honesto e comedido, a justa remuneração da mão-de-obra, o recolhimento de polpuda massa de impostos, a melhoria generalizada das condições de vida de toda a população. Não poderia ser outro o resultado da percepção quase unânime e do comportamento das autoridades, que o de repetir velhos cortejos constrangedores, passados quase seis décadas da experiência. Outras virão?

INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA

Produção cresce 19% em abril

Retomada, porém, deve sofrer nos próximos meses com a reoneração da folha e fim do Reintegra

A produção industrial do setor eletroeletrônico apontou crescimento de 19,5% em todo o País no mês de abril de 2018 em relação ao mesmo mês do ano anterior. É o que mostram os dados divulgados pelo IBGE e agregados pela Associação Brasileira

da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). O desempenho foi estimulado, principalmente, pela expansão de 32,9% na área eletrônica. A área elétrica voltou a ter contribuição positiva, com crescimento de 7,9%, reagindo à queda observada em

março (-7,8%).

No segmento eletrônico, foram expressivos os acréscimos de 42,9% na produção de equipamentos de informática e de 48,3% de aparelhos de áudio e vídeo.

No acumulado de janeiro a

abril deste ano, a produção industrial do setor eletroeletrônico cresceu 13,0% em relação ao mesmo período de 2017. Essa elevação foi estimulada pelo incremento de 27,7% na área eletrônica, visto que o aumento na produção da área elétrica foi



Humberto Barbato, presidente da Abinee

bem mais modesto (+0,7%).

Segundo o presidente da Abinee, Humberto Barbato, os resultados são positivos, apesar da baixa base de comparação. Ele destaca, entretanto, que as empresas estão apreensivas com o decorrer do ano.

“O processo de retomada da atividade industrial pode ser comprometido em virtude da instabilidade política e de medidas anunciadas pelo governo Temer, como a reoneração da folha e o fim do Reintegra (programa de apoio à exportação)”, afirma.



CONCLAMAÇÃO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Encravada na maior floresta tropical do planeta, em plena Amazônia, a população de 40 mil habitantes do município de Presidente Figueiredo, mesmo sendo detentora de enorme potencial para o turismo de natureza, obtém 1.500 empregos diretos e 3.100 indiretos em razão dos incentivos fiscais, especialmente do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, concedidos aos concentrados e bebidas não alcoólicas, em razão da Zona Franca de Manaus, por ser sede da produção que atende essas indústrias.

Estes incentivos têm sido ameaçados de redução ou eliminação, desestimulando o emprego e a produção que, sustentam nossa economia e ferindo a segurança jurídica obtida com a Constituição da República de 1988 e inúmeras decisões do Supremo Tribunal Federal.

No momento em que mais uma vez nosso povo está ameaçado de perder a esperança da construção de um futuro promissor, conclamamos o Senhor Michel Temer, Presidente da República, de público, a que a União Federal firme decisão que, enfrentando os graves problemas nacionais do momento, não aniquile a economia que sustenta brasileiros que preservam o maior patrimônio do Brasil: a Amazônia.

Presidente: NÃO PERMITA ESSE ATENTADO!



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**PRESIDENTE
FIGUEIREDO**
Cuidando das pessoas, trabalhando pela cidade

Nova reunião cobra volta de incentivo

Bancada do Amazonas volta a cobrar pessoalmente do presidente Michel Temer alternativa para polo de concentrado de refrigerantes, que teve incentivos reduzidos e nova reunião foi marcada para o dia 12



Nova Reunião Parlamentares resolveram cobrar pessoalmente do presidente Temer providências com relação ao decreto que reduz os créditos tributários do Polo de Concentrados para refrigerantes

Redução Na reunião da semana passada, presidente Temer prometeu uma solução para a bancada de parlamentares do Amazonas, que até agora não foi apresentada

Cristiano Ximenes

Beatriz Gomes
redacao@diarioam.com.br

Manaus

Os senadores do Amazonas resolveram cobrar pessoalmente do presidente Michel Temer providências com relação ao decreto que reduz os créditos tributários do Polo de Concentrados para refrigerantes de 20% para 4%. A reunião deve ser realizada na próxima terça-feira, 12 de junho.

Em reunião da bancada do Amazonas no Congresso, nesta quarta-feira, em Brasília, o senador Eduardo Braga (MDB)

alertou para novos fatos que indicam riscos maiores ao setor de concentrados de bebidas não alcoólicas presente no Polo Industrial de Manaus (PIM) e, consequentemente, ao modelo Zona Franca.

A bancada também pretende colocar em votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, o projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos do decreto presidencial que prejudica o PIM. A intenção é acelerar o quanto antes a tramitação da matéria na Casa e na Câmara dos Deputados.

Eduardo Braga alertou os demais senadores e deputados

que o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, revelou, no encontro com representantes do Estado, na terça, que há uma intenção do governo federal de ajustar, no próximo ano, a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrada aos fabricantes de concentrados de bebidas não alcoólicas.

Isso seria uma das compensações, segundo Braga, da desoneração da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre o preço do diesel. "Nós temos uma garantia constitucional que precisa ser respeitada pelo governo federal e por todos.

Portanto, não podemos negociar um decreto que altera um benefício fiscal resguardado em lei", disse o senador.

Para o senador Omar Aziz, a questão não se trata só do Polo de Concentrados, mas de todo o modelo ZFM. "Vou pedir uma audiência, como coordenador da bancada, para que aquilo que conversamos (com o presidente) na última sexta-feira seja reestabelecido. Que nós teríamos uma solução para o problema e que as garantias da ZFM estariam permanecidas", disse. Na sexta-feira, 1º de junho, os senadores conversaram com o presidente Michel Temer, pelo te-

lefone, em Manaus, em coletiva com a imprensa.

Segundo o senador, o ministro da Fazenda disse, na terça-feira, que o decreto publicado no dia 31 de maio, em que constam as reduções na desoneração do IPI do Amazonas está servindo 'para tapar buraco' do diesel que foi reduzido em R\$ 0,46.

O Decreto 9.394, de 30 de maio, que reduz de 20% para 4% o crédito tributário sobre a alíquota do IPI nos concentrados de bebidas não alcoólicas contém uma série de medidas para compensar a redução do PIS/Cofins e da Cide sobre o diesel.



Eventos Copa do Mundo e fim do sinal analógico impulsionam vendas de TV

Eraldo Lopes

Da Redação

Redacao@diarioam.com.br

Brasília

A produção industrial de produtos e equipamentos elétricos e eletrônicos cresceu, em abril, 19,5% a mais que no mesmo mês, em 2017, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compilados pela área técnica da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). O desempenho foi estimulado, principalmente, pela expansão de 32,9% na

área eletrônica. A área elétrica voltou a ter contribuição positiva, com crescimento de 7,9%, reagindo à queda de 7,8% observada em março.

No segmento eletrônico, foram expressivos os acréscimos de 42,9% na produção de equipamentos de informática e de 48,3% de aparelhos de áudio e vídeo. Impulsionados pelo evento da Copa do Mundo de futebol na Rússia e pelo fim do sinal analógico na TV, as vendas de televisores foi impulsionada, no último trimestre, um movimento diferente, em relação a outros anos, quando o 'boom' das vendas

do aparelho acontece nos últimos meses do ano.

No acumulado de janeiro a abril, a produção industrial do setor eletroeletrônico cresceu 13% em relação ao mesmo período de 2017. Essa elevação foi estimulada pelo incremento de 27,7% na área eletrônica, visto que o aumento na produção da área elétrica foi bem mais modesto, de 0,7%.

Segundo o presidente da Abinee, Humberto Barbato, os resultados são positivos, apesar da baixa base de comparação. Ele destaca, entretanto, que as empresas estão apreensivas com o decorrer do ano.

"O processo de retomada da atividade industrial pode ser comprometido em virtude da instabilidade política e de medidas anunciadas pelo governo Temer, como a reoneração da folha e o fim do Reintegra", queixa-se o executivo.

Caminhoneiros

Outro elemento que pode afetar as projeções otimistas são os efeitos da última paralisação dos caminhoneiros que afetaram setores distintos da economia.

O mercado de veículos, por exemplo, deixou de licenciar cerca de 25 mil unidades em

maio por causa da greve dos caminhoneiros, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Só no mercado de caminhões, o impacto foi de 500 unidades.

A paralisação foi suficiente, portanto, para evitar um crescimento das vendas do setor em maio ante abril. No mês passado, o setor registrou o emplacamento de 201,8 mil unidades, 15,4 mil a menos que em abril, ou um recuo de 7,1% entre um mês e outro. Com as 25 mil unidades que não foram licenciadas em maio, o mercado teria crescido 4%.



ZFM É TRATADA COMO “FRAUDE AMAZÔNICA”

Em editorial com o título “Uma fraude Amazônica”, em sua edição do dia 04, segunda-feira, o jornal O Globo acusa que a Zona Franca de Manaus tem 3.348 empresas suspeitas de simular negócios para lucrar com isenção fiscal e até algoritmo clandestino para liberar produto da fiscalização. O jornal afirma que o Distrito Industrial, CEP 69075-830, Manaus é o endereço onde “há sete anos ocorre uma grande fraude com dinheiro público”.



Decreto de Temer pode demitir 4,5 mil

O Polo de Concentrados da Indústria de Refrigerante da ZFM pode perder 25 empresas e 4,5 mil empregos diretos. O governo Temer se recusa a tomar uma medida para reverter os efeitos negativos do decreto 9.394.

Contexto 3, Economia 10 e Política 5



O Globo diz que ZFM é “uma fraude amazônica”

As investidas contra a Zona Franca de Manaus nunca deixaram de existir, ao longo dos 50 anos de vida do projeto de desenvolvimento. Mas, agora, parece que elas vieram com mais intensidade.

Em editorial com o título “Uma fraude Amazônica”, em sua edição de segunda-feira (4), o Jornal O Globo diz que a Zona Franca de Manaus tem 3.348 empresas suspeitas de simular negócios para lucrar com isenção fiscal, inclusive algoritmo clandestino para liberar produto da fiscalização.

“Endereço da fraude”

Em determinado trecho da opinião, o jornal dos Marinho afirma que o Distrito Industrial, CEP 69075-830, Manaus é o endereço onde “há sete anos ocorre uma grande fraude com dinheiro público.

O editorial garante que 3.348 empresas locais estão sob suspeita de simular operações de importação de mercadorias com isenções fiscais da União e do estado do Amazonas”.

Empresas fantasmas

O Globo diz ainda que muitas já identificadas não têm atividade real, só existem no papel e estão vinculadas a outras.

“Registros de pessoas jurídicas em “camadas” servem para ocultar os donos”, acusa.

Mais grave

O Globo bateu pesado, ao dizer no editorial que o “caso pode ser mais abrangente”.

Muito estranho

É muito estranho que esses ataques começam a surgir em enxurrada, depois que o presidente Michel Temer decidiu editar um decreto que reduz os incentivos fiscais de empresas instaladas na Zona Franca.

E ninguém faz nada?

E aí, meu povo?

Não está na hora dos governantes, senhores da bancada do Amazonas no Congresso e lideranças empresariais se unirem e darem uma resposta a essas graves acusações?

Pau puro

No mês passado, foi o “Folha de S. Paulo” que detonou a Zona Franca. Publicou na capa que há pelo menos 36 casos de empresas cujos sócios e diretores também recebem dinheiro público do Bolsa Família, destinado aos pobres.

Dá-lhe, Sarafa!

A bem da verdade, só o deputado Serafim Corrêa (PDB) ocupou a tribuna para esboçar uma reação aos ataques dos paulistas.

No mais, foi silêncio total.

Isto porque cruzamentos de dados federais e estaduais revelaram que nos últimos sete anos, 82.013 empresas receberam isenções fiscais em volumes incompatíveis com sua capacidade operacional.

Tetas do erário

De acordo com O Globo, “das beneficiárias, 55.298 estão registradas como fornecedoras e outras 26.715 como destinatárias em negócios dissimulados, ajustados apenas para lucrar em cima do erário, de acordo com o tribunal de contas e o Ministério Público”.

Na gaveta

Na origem da investigação, está uma dúzia de relatórios de auditoria interna da Suframa, agência responsável pela zona franca.

Eles foram produzidos a partir de 2007 e ficaram engavetados.

Mistérios

Outro mistério está no estoque de 1,3 milhão de notas fiscais que a Suframa acumulou, sem conferir, nos últimos 11 anos.

MODELO AMEAÇADO

Deputado propõe união dos políticos em favor da ZFM

Ciente dos prejuízos que decreto presidencial 9.394/2018, que reduz de 20% para 4% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de concentrados de refrigerantes para a Zona Franca de Manaus (ZFM), o deputado estadual Dermilson Chagas (PP) pediu que as questões partidárias sejam colocadas de

lado, e que os políticos se unam para pressionar o presidente Michel Temer (MDB) a voltar atrás da decisão.

Segundo o parlamentar, o decreto pode ocasionar na saída de 25 empresas de Manaus, o que resultará na demissão de cerca de 100 mil trabalhadores.

"Devemos nos unir: os par-

tidos, prefeitos e vereadores contra essa atitude do governo federal. Temos que nos unir e refletir o que queremos para o nosso Amazonas. Temos que ter a mesma voz, brigar pela mesma coisa. São 100 mil pessoas que vão ficar desempregadas, 25 empresas que vão embora do nosso Estado", explicou Dermilson.

O deputado alertou ainda para os impactos econômicos do decreto federal na economia dos municípios do interior, já que o setor de concentrados de refrigerantes do Amazonas envolve a compra de guaraná regional. "Isso significa perda de postos de trabalho no interior e de renda", concluiu.

Bancada federal pressiona

Na próxima terça-feira (12), a bancada amazonense no Congresso Federal irá se reunir com Michel Temer para voltar a cobrar pessoalmente a permanência dos incentivos concedidos legalmente à Zona Franca de Manaus, modelo econômico que vigora há mais de 50 anos no Amazonas.

"Nós temos uma garantia constitucional, que pre-

cisa ser respeitada pelo governo federal e por todos. Portanto, não podemos negociar um decreto que altera um benefício fiscal resguardado em lei. Se aceitarmos, o que impedirá este e futuros governos de promoverem mudanças nos demais polos presentes na Zona Franca de Manaus", indagou o senador Eduardo Braga (MDB).

Numa outra frente, a bancada pretende colocar em votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, o projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos do decreto presidencial que prejudica o PIM. A intenção é acelerar o quanto antes a tramitação da matéria na Casa e na Câmara dos Deputados.

Decreto de Michel Temer pode demitir 100 mil no Amazonas

As demissões poderão ocorrer, caso ele insista em manter decreto que elimina a competitividade das fabricantes do segmento da indústria de Manaus para compensar as perdas causadas pela crise dos combustíveis

Joandres Xavier

O Polo de Concentrados da indústria de refrigerante do Amazonas pode estar prestes a testemunhar a fuga das 25 empresas do segmento, perda de 4,5 mil empregos diretos e a extinção de até 100 mil ocupações, entre diretas, indiretas e informais, no Estado. O cenário decadente foi confirmado, quando o Ministério da Fazenda e a Receita Federal do Brasil se recusaram, em reunião com a bancada de políticos do Amazonas, nesta terça-feira (6) em Brasília (DF), a tomar uma medida para reverter os efeitos negativos do decreto 9.394.

A ameaça do governo de Michel Temer às fábricas de concentrados iniciou logo após a greve dos caminhoneiros, para cobrir o prejuízo com a redução do preço do diesel. O governo federal reduziu a alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 20% para 4%. O efeito desse decreto, feito na calada da noite do dia 30 de maio, fez com que a competitividade da Zona Franca de Manaus (ZFM) despencasse.

Políticos do Amazonas alertam para uma quase certa fuga das empresas nacionais e multinacionais instaladas no PIM para outros países, mas o governo Temer, até ontem, não recuou da decisão, que penaliza o modelo ZFM.

O deputado estadual e economista Serafim Corrêa (PSB) acredita que, politicamente, a manobra do governo Temer foi uma espécie de resposta ao gover-



Polo de Concentrados do PIM tem em média 4,5 mil empregos diretos na Zona Franca

no do Amazonas, que não ajudou o Palácio do Planalto, quando o presidente solicitou aos Estados que reduzissem o valor do ICMS (Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para baratear os combustíveis.

"Houve um erro de origem, aí que o governador do Amazonas poderia dar outra atenção ao apelo do governo federal, podia reduzir o ICMS do diesel, como o Rio de Janeiro fez, como São Paulo fez, como Paraná fez. Agora para o gover-

no voltar atrás tem que tirar de algum lugar, e acabou sobrando para o Polo de Concentrados", observou Corrêa.

Do ponto de vista jurídico, ainda existem dois pontos. Um contra o Amazonas, que neste caso é o que o governo pode alterar alíquota de IPI por meio de decreto, o que de fato já foi realizado. "Por outro lado, também está na constituição, o princípio da segurança jurídica. Quando as empresas vieram para Manaus, a alíquota de concentrados que era de 40%. Ele começou a baixar e chegou a 20%. Agora foi para 4%. Essa mudança vai colocar em risco a segurança jurídica do modelo", avalia o economista.

Ainda de acordo com Serafim, se a medida perdurar, fatalmente as empresas de concentrados não vão querer continuar em Manaus, a partir do momento que, com a redução do crédito de IPI, não só perderam a vantagem de

venda para outros Estados, como passarão a pagar para produzir na ZFM. "Assim, as empresas podem ir embora e não é para outros estados e sim países do Mercosul, como o Paraguai", apontou.

Recorrer

Após reunião da bancada federal junto com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, o ministro da Fazenda, Eduardo Cardia, e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, na tentativa de um acordo com o governo federal, deputados do Amazonas se pronunciaram sobre a falta de acordo para derrubar o decreto presidencial que diminui a alíquota dos concentrados de bebidas produzidas na ZFM.

A deputada federal Conceição Sampaio (PSDB-AM) afirmou que os parlamentares do Amazonas vão recorrer ao Supremo Tribunal Federal, caso o

Quando as empresas vieram para Manaus, a alíquota de concentrados que era de 40%, ele começou a baixar e chegou a 20%. Agora foi para 4%. Essa mudança vai colocar em risco a segurança jurídica do modelo

Serafim Corrêa
economista e deputado



governo não tome providências para reverter os prejuízos causados à Zona Franca, pela medida que compensa as perdas com o subsídio ao diesel

"A grande discussão foi em torno da possibilidade de, em um futuro próximo, se esse decreto continuar existindo, fique inviável a manutenção dos empregos da ZFM e causar precedência para insegurança jurídica do nosso modelo ZFM. É o nosso clamor é esse, tornar nula essa medida", declarou.

O deputado federal Gedeão Amorim (MDB) disse que não há como aceitar um decreto que fere o princípio constitucional, que dá a garantia da existência da Zona Franca tal como ela é. "Esta medida se sobrepõe à própria constituição e às leis ordinárias. O decreto prejudica apenas o setor de bebidas, mas, futuramente outros podem ser atingidos", disse.



MANAUS SUSTENTÁVEL

e emtempo
Tudo. Agora.

SUFRAMA

Ajudar e cuidar é um ato nobre, que muita gente busca praticar no dia-a-dia, mas que não sabe por onde começar.

Pequenas atitudes praticadas em conjunto alcançam grandes proporções.

Por isso, o Jornal Em Tempo e a Suframa estão juntos nessa Semana do Meio Ambiente, ajudando a cuidar do nosso Estado como se fosse a nossa casa.

Conheça estas e outras ideias na edição de domingo do Em Tempo.



GRUPO RAMAN NEVES DE COMUNICAÇÃO

e emtempo
Tudo. Agora.

sbt
MANAUS

newscreen

NATVA FM 95,1

JEM

Manaus

Saída jurídica contra perdas à ZFM

Com a manutenção do decreto nº 9.394 que reduz de 20% para 4% a alíquota do IPI dos concentrados de bebidas do Polo Industrial de Manaus, parlamentares e economistas

receosos de que a medida abra precedentes perigosos para que outros polos instalados na ZFM também sejam afetados por mudanças em seu modelo tributário, agora afirmam ser a judicialização a última saída.

Ainda na noite de terça-feira (5), após a reunião infrutífera com o ministro da Fazenda Eduardo Guardia e com o secretário geral da Receita Federal Jorge Rachid, já se falava em recorrer junto ao STF para reverter a situação. Na

tarde de ontem (6), o senador Omar Aziz (PSD) acenava para uma possível reunião com o presidente Michel Temer que seria agendada para a próxima semana, já que não houve acordo na reunião de segunda-feira (5).

Página A5

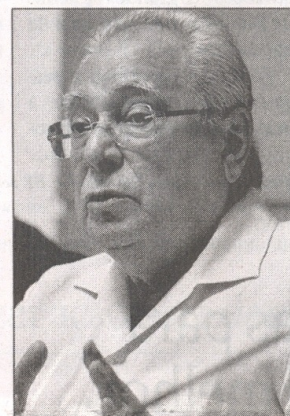


Uma luta que nunca acaba

Depois de reunião com o ministro da Fazenda, **Eduardo Guardia**, em Brasília, membros da bancada amazonense no Congresso e o governador Amazonino Mendes (PDT) saíram pessimistas quanto à possibilidade de derrubar ou modificar o Decreto 9.394/2018, assinado pelo presidente Michel Temer (MDB), que reduz os incentivos fiscais das indústrias de concentrados de refrigerantes. Para todos, a medida não é apenas mais uma ameaça à Zona Franca de Manaus. Trata-se de uma realidade, que pode colocar um fim no modelo. "Não dá para mexer em alíquota da Zona Franca. Sobre tudo por leis inferiores (caso do decreto). Isso

acaba, assassina, mata a Zona Franca", assevera o governador. Ele próprio já conseguiu, em administrações anteriores, barrar outras investidas contra o modelo no Supremo Tribunal Federal. Tão pessimista quanto ele estavam os senadores Omar Aziz (PSD) e Eduardo Braga (MDB), na saída do encontro. O primeiro disse ter percebido muita má vontade do governo federal em reverter a situação. O segundo lamentou que Temer não tenha debatido com a bancada antes de adotar a medida. Fato é que o problema está posto e precisa ser resolvido, sob pena de um prejuízo irreversível ao Amazonas e seu polo industrial.

“O país não pode resolver matando o instrumento de desenvolvimento regional que é a Zona Franca”



Amazonino Mendes (PDT),
governador



**Follow-Up
EMPRESARIAL**

EDITOR RESPONSÁVEL
ALFREDO MR LOPES*

Entrevista: Presidente da FIEAM Antonio Carlos da Silva

FOLLOW-UP: Como líder empresarial e presidente da entidade que congrega o conjunto de empresas industriais do Amazonas, como é que você interpreta a decisão do governo federal em reduzir os benefícios fiscais de um dos maiores segmentos, investimentos e geração de empregos da Zona Franca de Manaus?

Antonio Carlos Silva: Preocupante, uma decisão extremamente preocupante, que está expressa no Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, e que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI. Como se trata de uma medida ensaiada há muito tempo – e que não para por aí – o golpe que ela representa significa o início de uma manobra destrutiva, que espalha o desemprego, indiretamente estimula a economia marginal, incluindo a expansão nefasta do narcotráfico. No limite e sem exageros, o estrago reproduz, guardadas as proporções, o risco de uma nova Cabanagem. Para quem não sabe – pois isso não frequenta os manuais de História do Sudeste – o Brasil Central tentou dizimar a Amazônia, no início do Século XIX, com o sacrifício de 60 mil vidas, a

maior parte deles jovens do sexo masculino. Seu modelo escravagista e latifundiário de economia não aceitava a economia liberal do Grão Pará e Rio Negro. Concretizado mais este golpe na Amazônia, o Brasil volta a nos tirar o rosto, a voz e a vez de nos assentarmos no banquete da brasilidade fraterna. Que culpa ou responsabilidade tem o Norte em pagar os subsídios da Petrobras se o diesel dos caminhões gera riqueza em outras partes mais aquinhoadas do País? Nem estrada nos deixaram ter para conexão rodoviária com o resto do país? Refutamos esse Decreto, pois não fomos nós que fabricamos a quase falência daquela empresa com os ilícitos ora sob apuração. Refutamos o Decreto por ser inconstitucional, unilateral e perverso. E vamos mostrar ao Brasil os acertos de nossa contrapartida fiscal, os benefícios incontáveis que devolvemos à Nação e à Humanidade.

FUP: Quais são os danos imediatos desse Decreto?

ACS: Ele esvazia um setor que contabiliza 25 empresas que geram emprego e oportunidades desde 1990, um polo que é recordista em exporta-

ção e geração de empregos. Seu faturamento em 2017 foi R\$ 8,7 bilhões em decorrência da produção e comercialização de concentrados, extratos, xaropes, aromas, entre outros produtos, numa escala regional e nacional que gera mais de 100mil empregos ao longo da cadeia. A perda da competitividade é inevitável, tirando-lhe a participação de 90% do setor de Alimentos e Bebidas para 4%, com a retração dos investimentos, que irão buscar outras praças mais atraentes. Note que este segmento adquiriu no mercado interno, apenas em 2017, R\$ 720 milhões, movimentando uma cadeia produtiva diversificada e dinâmica. São gerados nas fábricas 571 empregos diretos, ou seja, 3400 indiretos. De quebra, podemos contabilizar a promoção cultural, educacional e empreendedora, além do incentivo à Interiorização do desenvolvimento, entre tantas ações efetivas de redução das desigualdades regionais.

FUP: Conte um pouco da história dessa atividade e de sua importância para a economia, para a sociedade e para o meio ambiente?

ACS: Vamos recuar nova-

mente na história. A produção de açúcar e café eram itens dessa economia liberal amazônica, bafejada pelos reflexos da Revolução Francesa e sua colônia ao Norte do Continente. Com as pressões da mobilização política nordestina, desde Getúlio o Brasil passou a confiscar essas matrizes econômicas do Norte. A história do confisco é antiga e passa pela omissão nacional em relação a Economia da Borracha, deixando aos ingleses a esperteza de agregar 60% de valor a sua economia com os negócios da seringueira. O setor de concentrados, que virou polo industrial em 1990, começa com o encontro dos dirigentes da Coca-Cola Company com nossos pioneiros, aqueles heróis da resistência que criaram saídas econômicas para a região de, pois que acabou a II Guerra Mundial e os americanos foram embora pois já não precisavam de nossa borracha.

FUP: Qual a relação entre esses pioneiros e a economia que se formou em torno dessa parceria com a Coca-Cola Company?

ACS: Refiro-me a uma geração de guerreiros empreendedores e sua visão de futuro,

formada por migrantes judeus, árabes, portugueses, espanhóis e, especialmente, o braço nordestino. Destaco a família Benayon Sabbá, Benchimol, Minev, Bezecry, Benarrós, Andrade Simões, os Lustoza, Cosme Ferreira, Philippe Dao, os Pinheiro, os Guerreiro, Xavier de Albuquerque, entre tantos que acreditaram nesta terra e semearam com suor e sangue as sementes da transformação. Antônio Simões e Petrólio Pinheiro, parceiros foram escolhidos por sua trajetória no segmento de alimentos e vivência interiorana, com um portfólio de conquistas e seriedade empreendedora. Eles desenvolveram projetos que, com a chegada de Osmar Pacifico, os levou a construir um dos conglomerados mais respeitadas e diversificados do Norte do Brasil. E com eles, a Coca-Cola conseguiu empreender na Amazônia seu 3º maior empreendimento global.

FUP: Por que mexer com a Zona Franca de Manaus?

ACS: Essa é a pergunta que nos fazemos há 50 anos, desde que o Rio de Janeiro perdeu a batalha para a Amazônia em sua insistência em se tornar Zona de Livre Comércio depois de

ter perdido o status de Capital da República. Embora tenhamos apenas 0,6% dos estabelecimentos industriais do Brasil, enquanto o Sudeste engloba 30% das indústrias brasileiras, o Brasil maravilha quer nos manter como jardim zoológico ou parque botânico, esquecendo que aqui vivem 25 milhões de pessoas. Hoje somos o Estado mais conservado ambientalmente do Brasil, fornecemos água através de nossas nuvens para os reservatórios do Sudeste, nossos rios oferecem 59% da energia termelétrica que alimenta São Paulo, nossas florestas, depois de fixar o carbono da poluição atmosférica, devolvem oxigênio e vida para o resto do Brasil e para o planeta. Nossas fábricas sem chaminés geram emprego – estimam-se mais de 2 milhões no Brasil em toda a cadeia produtiva que nasce da ZFM. Os empregos gerados no Amazonas impedem que as pessoas se utilizem da floresta para sobreviver, deixando-a mais de 95% intocada. Quanto cobramos por isso? 8% de isenção fiscal? Qual a contrapartida dos 92% dos incentivados? Alguém tem uma carteira de benefícios tão diversificada e generosa como a economia da Zona Franca de Manaus?

*esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br



Parlamentares podem judicializar ação para derrubar decreto que ataca modelo ZFM

Bancada estuda recorrer à Justiça

ARTUR MAMEDE

amamede@cam.com.br

Com a manutenção do decreto nº 9.394 que reduz de 20% para 4% a alíquota do IPI dos concentrados de bebidas do Polo Industrial de Manaus, parlamentares e economistas receiosos de que a medida abra precedentes perigosos para que outros polos instalados na ZFM (Zona Franca de Manaus) também sejam afetados por mudanças em seu modelo tributário, agora afirmam ser a judicialização a última saída.

Manutenção do decreto nº 9.394 pode abrir precedentes perigosos para outros polos instalados na ZFM

Ainda na noite de terça-feira (5), após a reunião infrutífera com o ministro da Fazenda Eduardo Guardia e com o secretário geral da Receita Federal Jorge Rachid, já se falava em recorrer junto ao STF (Supremo Tribunal Federal) para reverter a situação.

Na tarde de ontem (6), o senador Omar Aziz (PSD) acenava para uma possível reunião com o presidente Michel Temer que seria agendada para a próxima semana, já que não houve acordo na reunião de segunda-feira (5). "A gente entende que a palavra final será sempre do presidente. O ministro da Fazenda e o secretário da Receita Federal são pessoas nomeadas pelo presidente", disse.



Fim do polo de concentrados em Manaus acabaria com mais de 100 mil ocupações

Sobre recorrer à Justiça para derrubar o decreto, Aziz declarou que estuda a medida junto a bancada. "Enquanto não conseguirmos essa audiência com o presidente, continuaremos trabalhando com os técnicos para ver essa questão jurídica, se judicializamos ou não, pois isso não pode ser feito por nós. Tem que ser feito por partidos, empresas ou governo do Estado". Segundo o senador, o STF já reconhece a renúncia fiscal e as isenções do modelo ZFM. "Com isso podemos agilizar as ações a partir de Manaus, procurando a Justiça Federal do Amazonas", fecha.

Presente a reunião de segunda-feira, a deputada federal Conceição Sampaio (PSDB) apoiava a ação junto ao STF para que os prejuízos ao polo de concentrados e a ZFM sejam sanados. "O governo se manifestou, dizendo que irá compensar futuramente o nosso setor que

está sendo prejudicado e que deverá fazer por medida provisória ou decreto, mas não temos nenhuma garantia também. Vamos continuar lutando para tentar tornar nulo esse decreto e consideramos inconstitucional essa medida, que prejudica a segurança jurídica da ZFM e vamos recorrer à Justiça, caso seja necessário", garantiu.

A luta pela garantia de manutenção dos benefícios à ZFM, vem na esteira da defesa do polo de concentrados, disse a deputada. "Queremos garantir o que já está na Constituição e já existe no Senado um PDC (Projeto de Decreto Legislativo) que, se aprovado, susta esse decreto", afirmou.

Outro parlamentar que afirma que o decreto fere o princípio constitucional que dá garantias a ZFM, é o deputado federal Gedeão Amorim (MDB) que defende a ação como forma de manter a intocabilidade do

modelo. "Esta medida se sobrepõe a própria Constituição e as leis ordinárias. Hoje, o decreto prejudica apenas o setor de bebidas, mas futuramente outros podem ser atingidos. Não podemos simplesmente deixar isso passar sem que haja uma defesa severa em prol da ZFM", salienta.

Choque de demanda

O segmento de concentrados de bebidas não-alcóolicas em Manaus atualmente é formado por 25 empresas que em 2017 foram responsáveis por R\$ 8,7 bilhões do faturamento do PIM, ou 92,96% do faturado pela atividade de Alimentos e Bebidas. Nesse mesmo ano, o segmento comprou de insumos aproximadamente R\$ 718 milhões, sendo que desse total, 30,52% foram adquiridos localmente (principalmente da extração de guaraná).

Para muitos o segmento está

"ferido de morte" com a redução do IPI, o que fez com que a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) elaborasse uma simulação do "fechamento" do segmento.

No documento assinado pela coordenadora-geral de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa, Ana Maria Oliveira de Souza, detectou-se que o fim da atividade no Estado traria perda de parte considerável de diversas variáveis, inclusive arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e outras receitas tributárias, além do fim de mais de 100 mil ocupações diretas, indiretas e induzidas.

POR DENTRO

Benefícios Irrevogáveis

Em nota técnica sobre a de redução da alíquota de IPI dos concentrados, o escritório Sacha Calmon - Misabel Derzi Consultores e Advogados, de Brasília, afirma que a proposta de redução causará prejuízo incalculável às empresas instaladas na ZFM além de, segundo a nota, ser "grave ofensa ao princípio da segurança jurídica, proteção da confiança e a jurisprudência dos Tribunais Superiores".

"... são irrevogáveis e imodificáveis tais benefícios já destacados alhures, ao longo do prazo pelo qual foram concedidos (até 2073). Assim, não podem ser atingidos nem o direito a isenção e tampouco o direito ao crédito que instrumentaliza a efetividade do benefício," disse a nota.



Em noite de homenagens
no Palacete Provincial, os
queridíssimos Bruno e Liliane
Lobato. Gente da melhor qualidade